

estive um pouco mais cedo conversando com o secretário da Comissão e V. Exa. também de própria palavra disse que, na realidade, precisava de um representante de um Hospital para que prestasse os esclarecimentos e fazendo isso fui pessoalmente ao encontro do Dr. Fábio, o convidei, sei que com algum atraso, e peço desculpas aos senhores, mas estamos aqui para prestar os esclarecimentos, a despeito da discussão em relação à constitucionalidade ou não da medida que foi determinada.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor sabe informar se o Hospital tinha licenciamento do Corpo de Bombeiros para funcionamento?

O SR. BERNARDO KAIUCA - O Hospital tinha licenciamento do Corpo de Bombeiros, desde a sua abertura, e esse licenciamento não possui prazo de validade. Hoje, com o novo COSCIP, que é o novo código de proteção quanto à segurança de incêndio e pânico, essas autorizações possuem dois anos para funcionar.

O SR. - Após 2017 o senhor tem informação que o Hospital tinha o licenciamento?

O SR. BERNARDO KAIUCA - A vigência do novo código é de junho desse ano.

O SR. - Sim, mas foi feita uma obra no Hospital, se não me engano uma modernização ou uma ...

O SR. BERNARDO KAIUCA - Excelência, sim, com todo respeito, essa questão posta pela Defensoria Pública, que defende o condomínio do edifício 392...

O SR. - Nós não estamos falando em Defensoria Pública, foi alegado aqui pela 18ª DP que os senhores não constam o licenciamento. Eu quero saber se os senhores têm o licenciamento, sim ou não.

O SR. BERNARDO KAIUCA - Temos o licenciamento e isso, inclusive, já foi confirmado pelo Corpo de Bombeiros na própria audiência pública. Eu, inclusive, posso entregar cópia a V.Exa., enfim juntar aos autos o licenciamento do Corpo de Bombeiros.

O SR. - Peço, por favor, que faça isso. O Hospital ele utilizava o gerador numa forma de evitar a utilização da energia da concessionária, para economicidade?

O SR. BERNARDO KAIUCA - É comum que se faça isso, e o Hospital tinha, sim, essa medida administrativa de utilizar o gerador em determinados horários, em determinados dias.

O SR. - Quais horários?

O SR. BERNARDO KAIUCA - Excelência, não sei especificar exatamente, mas posso trazer essa informação por escrito, mas no horário onde aconteceu o incêndio o gerador estava funcionando, até por isso que o incêndio se iniciou porque o gerador estava funcionando e o defeito aconteceu no gerador.

O SR. - O Hospital tinha uma brigada de incêndio, alguma equipe especializada pra...

O SR. BERNARDO KAIUCA - O Hospital tinha mais de cem funcionários que já tinham sido submetidos ao treinamento brigadista e no momento do incêndio - o número, se não me engano, é 33 - nós tínhamos 33 funcionários treinados, que tinham sido submetidos a treinamento de brigadista, dentro do Hospital, naquele momento.

O SR. - Quando o senhor informou que essa comissão convidou o representante do Hospital, ao invés de convocação?

O SR. BERNARDO KAIUCA - Se V.Exa. se atentar ao ofício, ofício inicia-se convidando, convidando para um debate, e depois ele convoca por uma inquirição, e aí essa dúvida que surgiu, a necessidade de termos acesso aos autos anteriormente.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, por favor, que fique claro quando o Hospital recebeu esse ofício dessa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor é advogado ...

O SR. BERNARDO KAIUCA - Eu sou advogado do Hospital.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu faço questão de ler a todos o ofício que foi enviado para o Hospital. "Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar os casos dos inúmeros incêndios que têm ocorrido no Estado do Rio de Janeiro. Resolução 198/2019. Sr. Diretor, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar os casos de inúmeros incêndios que têm ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, aprovada pela Resolução 198/2019, publicada no Diário Oficial, parte II, em 7/11/2019, foi instalada em 21/11/2019. Na 1ª reunião ordinária na referida CPI ficou deliberado por unanimidade o envio de convites a V.Exas. para debater a causa e consequências de incêndio do Hospital Badim. Assim, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, na forma do dispositivo do artigo 109 da Constituição do Estado, artigo 31, Inciso I, Regimento Interno da Assembleia Legislativa, com respaldo do artigo 2º da lei federal 1579, e seguindo o rito processual penal vigente, convoco V.Sa. O comparecimento deverá ocorrer no dia 06 de dezembro de 2019, às 11 horas, na sala 311, do Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo. Desde já agradeço e aproveito a oportunidade para reiterar protestos de elevada estima e consideração".

Bom, veja que no terceiro parágrafo a palavra "convoco" está em negrito. O senhor ainda reafirma que foi convidado, e não convocado?

O SR. BERNARDO KAIUCA - Sim, o primeiro parágrafo diz: "Na primeira reunião da referida CPI ficou debatido por unanimidade o envio de convite a V.Exa. para debater as causas e consequências do incêndio no Hospital Badim".

O SR. RODRIGO AMORIM - Questão de ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu vejo que V. Exa. já encaminhara perguntas referentes ao Hospital do tema que estava sendo discutido aqui no que diz respeito a licenciamento e questões de brigada civil de combate a incêndio, ou seja, já adentramos o mérito da questão.

Eu ainda gostaria de tratar dos preâmbulos, das questões preliminares quais sejam: primeiro, não há qualquer equívoco, qualquer dúvida no que diz respeito à convocação. Além de citarmos o dispositivo legal da legislação estadual a palavra em negrito **convocado** fica muito claro ao final da lauda de convocação. Além disso, fiz questão de mencionar aqui a data que o Hospital recebeu o ofício. Sei que a Secretaria de Comissões adotou todas as cautelas necessárias para encaminharem as convocações, assim como verificamos aqui, Presidente, todos os órgãos públicos Ministério Público, Defensoria Pública, Corpo de Bombeiros, a família das vítimas, a Delegacia de Polícia, ou seja, todas as entidades, autoridades, instituições que foram convocadas para esse procedimento não questionaram essa matéria.

Além disso, fica muito claro que a partir do momento que eles recebem o ofício na data com antecedência necessária apenas, como mais uma vez eu afirmo aqui, como um instrumento de obstrução eles protocolam minutos antes do início desta assentada. E eu faço aqui, Sr. Presidente, questão de mais uma vez destacar que não só colocam em dúvida a competência desta comissão como o próprio Advogado disse aqui sugerindo serem incondicionais as medidas adotadas por esta comissão. E aqui se há alguma dúvida nesse sentido eu sugiro que judicialize.

Agora, quero deixar claro, Sr. Presidente: eles mencionam aqui de antemão que permanecerão em silêncio. Eles mencionam aqui que não tiveram vista aos autos quando, na verdade, não há autos alguns, porque a comissão foi instalada e hoje é a primeira assentada, por conseguinte não tem nenhum documento ainda gerado.

E além disso, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma consulta à Procuradoria desta Casa e à Secretaria de Comissões no sentido de que - sou advogado militante - nunca vi na minha vida um representante devidamente convocado não falar em nome da instituição. Deveria ser um preposto e um advogado. O advogado que o representa visa, justamente, salvaguardar os direitos jurídicos do seu cliente, mas não se manifestar como parte. Então, eu peço processualmente que daqui para a frente o advogado do Hospital não mais se manifeste como parte.

Então, peço que V.Exa. suspenda os trabalhos para fazer uma consulta à Procuradoria da Casa e à Secretaria de Comissões no sentido de impedir que o advogado aqui presente se manifeste como parte como está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Vou suspender o trabalho por dois minutos para consulta à Secretaria de Comissões. (É suspensa a 2ª. reunião ordinária)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Vou reabrir a sessão, chamando os trabalhos à ordem.

Vou deferir o pedido do Deputado Rodrigo Amorim. Pedir que apenas o Sr. Fábio Santoro se manifeste com relação às questões do Hospital. Claro, podendo consultar o seu advogado, de acordo com a lei.

Sr. Fábio, retomando o processo.

O SR. BERNARDO KAIUCA - Excelência, um minuto, pela ordem. Não entendi a decisão, a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A decisão é que fale pelo Hospital apenas aquele convocado, que é, no caso, o Sr. Fábio.

O SR. BERNARDO KAIUCA - Ok.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor pode orientar o seu cliente.

O SR. BERNARDO KAIUCA - Não estou com a minha palavra cassada, né?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor está com a sua palavra cassada. Apenas o Sr. Fábio vai poder se manifestar.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, questão de ordem. Assim como em qualquer procedimento processual o advogado deve salvaguardar as questões jurídicas, orientar o preposto da empresa, agora não o advogado expressar as questões que estão sendo perguntadas, as questões fáticas; isso não é papel de advogado e nunca foi em nenhum processo. O papel desta CPI é justamente ouvir o Hospital, não o advogado do Hospital.

O SR. BERNARDO KAIUCA - Excelência, Deputado Rodrigo, na realidade, a ideia de produzir algumas respostas é porque boa parte delas, como sou eu que tenho feito a coordenação jurídica de toda essa questão, tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Ok. O senhor pode passar informações...

O SR. BERNARDO KAIUCA - Tem matérias que o Dr. Fábio possivelmente não vai saber e ele não vai responder. O intuito do Hospital, reitero, é conciliatório, é de prestar os esclarecimentos, é de efetivamente produzir toda informação que esta comissão demande.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, Sr. Presidente, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só um minuto, Deputado.

O senhor poderá passar todas as informações devidas ao seu cliente e o seu cliente responde.

Deputado Rodrigo Amorim e, em seguida, Deputado Jorge Felipe Neto.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, eu, até o fim da minha vida, vou salvaguardar o direito de qualquer advogado, tal como sou, de atuar livremente. Sou advogado militante, membros de diversas comissões da OAB antes de ser Deputado. Quero deixar muito claro aqui que o intuito desta comissão, assim como ouvimos o Corpo de Bombeiros, todas as instituições presentes e as famílias das vítimas, nunca foi se transformar em um tribunal de inquirição, embora esta comissão tenha poder para tal. Não é para se transformar em um tribunal de inquirição, mas para proceder, inclusive indiciar, tem poderes constitucionais previstos na legislação. Mas o nosso intuito aqui sempre foi conciliatório, como tem sido não só nesta comissão, como outras das quais nós fazemos parte juntos. Agora, eu estou me insurgindo aqui, o que é legal, mas quem faz esta comissão se tornar belicosa foi justamente o Hospital quando, minutos antes, protocola essa petição no sentido de obstaculizar os atos desta comissão, quando faz menção aqui em ficar em silêncio e duvidar da realidade com a qual foi convocado nessa condição e em que papel estaria. O intuito aqui simplesmente é desvendar essa questão, tentar amenizar essa situação grave, danosa; ouvir o Hospital. Já falei aqui que ninguém obviamente quis causar um incêndio dessa proporção, agora, uma vez que aconteceu, temos que encarar de frente problema. Até que ponto o Corpo de Bombeiros poderia ter ido além? Por que não foi? Como está a questão de fiscalização? O Corpo de Bombeiros está aqui presente com cinco oficiais e não obstruiu em momento nenhum, veio aqui, respondeu questões complicadas, complexas, assim como a família das vítimas.

Quem se colocou no papel belicoso foi o Hospital a partir do momento que, minutos antes de iniciar a sessão, protocola uma petição dessa natureza. Só estou fazendo jus à questão processual porque eu nunca vi na vida um advogado responder questões fáticas. Nós adentramos no mérito, obviamente que o advogado ele tem o seu direito consagrado de instruir, de falar, de ter voz, de peticionar, de fazer o que bem entender democraticamente, agora insisto que nós tenhamos aqui a possibilidade de ouvir um representante do Hospital - é só essa questão. Acho que a gente avança. Esta era uma audiência marcada para as 11 horas e já estamos no meio da tarde, perdemos compromissos relevantes; ninguém aqui está brincando, mas a gente fica discutindo questão processual. Então, não tenho dúvidas de quem está querendo criar óbice nesse negócio. Definitivamente não somos nós, não é o Corpo de Bombeiros, não é o Ministério Público, não é a delegacia de polícia, não é a família das vítimas e nenhuma das entidades convidadas aqui, haja vista que até o presente momento a gente está discutindo questão processual do que pode e o que não pode.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Jorge Felipe Neto.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Sr. Presidente, eu vou defender esta Casa e suas prerrogativas até o último dia da minha vida, estando ou não estando no exercício do mandato. V.Exa. sabe bem disso: nunca votei nem nunca votarei contra retirar poder ou prerrogativa desta Casa, tampouco farei na prerrogativa de advogado. Aqui não é um tribunal, tampouco a gente chamou uma audiência para acarear X, Y ou Z; chamou o representante do Hospital. Agora, tudo bem, podemos fazer o advogado falar através do Dr. Fábio Santoro. Agora, o que eu teria para lhe perguntar eu já sei a resposta. Morreu? Morreu por quê? Porque pegou fogo. Pronto. É isso que o senhor está limitado a dizer porque o senhor é o diretor médico; qualquer outra coisa você precisaria de orientação de quem está cuidando desse assunto.

Então, assim, eu vou fazer as minhas perguntas, esperando (não compreendido)

A utilização desse gerador estava em dia a manutenção?

O SR. FABIO SANTORO - Sim, se encontrava em dia. Algumas, só um pequeno aparte, algumas informações eu vou ser muito claro e vou ter certezas e apresentar claramente, porque eu participo do dia a dia da empresa. Existem fenômenos de natureza muito peculiar que eu não saberia dizer e, aí, a gente tem tudo isso em arrazado aqui e tem um consultor para fazê-lo. Ele pode dizer, falar para mim e eu vou repassar. Mas o fato é: o gerador estava em dia, ele se encontrava em dia, com as suas revisões periódicas, e documentação também concernente à sua utilização.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Nessa revisão, ela é uma revisão tipo de carro? Perdão, só um instantinho, deixa eu concluir. Você leva o técnico lá, o técnico pega e fala: isso daqui tem que trocar, isso daqui tem que trocar, isso daqui tem que trocar. Igual a um carro. Tem que trocar pastilha de freio, isso, aquilo, aquilo outro. Você autoriza? Então, nesse aspecto, existiu alguma negativa do Hospital em fazer a manutenção preventiva desse equipamento diante das revisões que possivelmente foram realizadas?

O SR. FABIO SANTORO - Absolutamente, não havia nenhum tipo de senão em relação à manutenção do aparelho. O aparelho era conduzido periodicamente, com avaliações regulares da própria empresa que o concebeu, vamos dizer assim, e ele estava lá em funcionamento ...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - O próprio fabricante? Desculpa.

O SR. FABIO SANTORO - Isso. Ele participa disso, ele faz questão ... Na verdade, isso é uma questão contratualmente determinada, mas o Hospital também tem um corpo de profissionais de manutenção que operam o gerador, fazem ele entrar em funcionamento, fazem ele entrar ... e eles são capazes de se comunicar o tempo todo, são coordenados por uma engenheira de manutenção, ou seja,

não é um fenômeno de menos importância. Existe um grupo de engenharia de manutenção. Ele trata da parte predial e da parte elétrica, gerador, etc. Esses são fenômenos de garantia da segurança da assistência, lembrando que o Badim Hospital tem a creditação em nível máximo nacional, e esse acompanhamento era feito periodicamente com o aval da engenharia que responde por esse segmento. Na necessidade de qualquer tipo de ajuste, troca, conserto e qualquer tipo de, vamos dizer assim, manutenção corretiva, a gente também, na verdade, uma relação direta, inclusive com as substituições. Então, o gerador passa por ... tem um prontuário, como qualquer coisa, qualquer produto dentro do Hospital, desde um ventilador, um monitor cardíaco, um aparelho para cirurgia, de acompanhamento, com as suas revisões processuais preventivas periódicas e as corretivas são aquelas que a gente traz à luz da participação daquele que fornece as peças e os insumos, que é o próprio produtor do aparelho. Então, isso tudo estava em dia. E com revisão recente, inclusive. Quer dizer, então ...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Vocês, provavelmente, fizeram alguma perícia interna, publicizou a questão de vocês, mas para determinação desse fato.

O SR. FABIO SANTORO - Excelência, não sei se é de seu conhecimento, de vosso conhecimento, mas existem avaliações que são de natureza pública, periciais, inclusive, e que ainda estão no seu momento de conclusão. Nós não temos a formalização em relação ao que ... quais são os fenômenos conclusivos em relação ou as informações conclusivas em relação a esse laudo pericial. Nós temos debatido frequentemente, dentro da própria natureza da empresa, mas existe uma formalização de investigação pública pericial que ainda não foi concluída e não chegou às nossas mãos.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Tudo bem. Se você tivesse dois imóveis: um pegou fogo, eu ia querer saber por que para evitar no segundo. Imagino que isso tenha sido realizado de alguma forma.

O SR. FABIO SANTORO - Sim, investigações particulares nós não fizemos, até porque nós estamos aguardando as conclusões que as pessoas envolvidas diretamente, mais qualificadas, ainda não nos apresentaram.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Então, vocês não concluem que foi erro do gerador.

O SR. FABIO SANTORO - É, existem alguns fenômenos de natureza processual. Tem vários fenômenos que vão concorrer com o funcionamento do gerador. A gente não sabe, posso citar aqui, pode ter, por exemplo, flutuações da rede de energia. Elas podem modificar com carga e sobrecarga, podem modificar o funcionamento do gerador. Aí, eu não estou qualificado para falar sobre isso. A gente precisa ouvir primeiro uma definição final, que é pericial, e a gente não tem.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Era aí que eu queria chegar. Vocês admitem a possibilidade, por exemplo, de isso ter acontecido, gerador é responsabilização da empresa de manutenção? Porque esse gerador tinha que prevenir disjuntor, sobrecarga. É óbvio que o gerador tem que prevenir, porque qualquer rede elétrica é, ao mesmo tempo, ida e volta. Então, assim, ele tem algum equipamento de proteção para esse tipo de sobrecarga, tem filtro de linha necessariamente. Então, se alguma coisa não deu errado, eu queria que você me dissesse.

O SR. FABIO SANTORO - Respondendo, então. Todas essas colocações foram pensadas no nosso grupo de estudo em relação ao que poderia estar acontecendo, só que a gente não quer se pronunciar porque essa empresa de gerador é uma parceira de muitos anos e a gente não vai apresentar...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E ela faz a manutenção de toda a Rede D'Or.

O SR. FABIO SANTORO - Não saberia dizer, porque a gente tem gestões independentes nas estratégias dos hospitais. A nossa tem uma gestão independente.

A gente não vai colocar na mesa um padrão de discussão sem ter uma formalização e uma finalização da apresentação do laudo pericial. A partir disso, a gente, na verdade, vai desdobrar com as ações que são, convocando os envolvidos diretamente qualificados por essa conclusão pericial. Senão, a gente perde tempo, perde energia e a gente não tem essa resposta ainda.

Certamente, é um fenômeno complexo porque nós recebemos precocemente, continuamente, por mais de uma visita, peritos analisando o cenário, a estrutura, o entorno, as complicações, o equipamento, a qualidade do equipamento, a potência, a sua capacidade de geração. Então, a gente tem que, nesse momento, declinar comentar ou falar qualquer coisa, porque senão a gente estaria passando por cima de um laudo pericial que não foi formalizado.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Com relação à assistência às famílias, como isso foi feito, a assistência, tentativas de acordos, como ficam essas pessoas?

O SR. FABIO SANTORO - Sobre isso, eu posso falar bastante. Antes de mais nada, eu queria caracterizar o seguinte: a situação que ocorreu certamente foi uma catástrofe. Acabei repetindo, porque isso já foi falado nesta Comissão momentos antes. Dentro do prédio, circulavam mais de 400 pessoas, mais precisamente 430 pessoas. O Hospital tinha uma capacidade instalada ocupada em torno de 100 pacientes internados. Alguns saíram por meios próprios, 89, a equipe do bombeiro se envolveu na evacuação dos casos. Lembrando que lá você tem pacientes de diferentes qualificações.

Eu estava acompanhando antes de chegar aqui, porque tem um trânsito bastante intenso do lado de fora, acompanhando as palavras da equipe do Corpo de Bombeiros, dos representantes, do Coronel, que falou muito apropriadamente em relação à gravidade, classificação, dificuldade de mobilização desses pacientes. Eles são pacientes, não andam por meios próprios, não caminham com facilidade.

O Hospital Badim é marcado por estar numa zona do Rio de Janeiro, em que a faixa etária média do entorno - e a nossa principal clientela é a população do entorno - é uma população, em geral, de idade um pouco mais avançada. Não é um Hospital que tem pediatria, ginecologia, obstetrícia. Cirurgias estão relacionadas a clientes de faixa etária um pouco mais avançada. Esses clientes têm condições clínicas delicadas, muitas vezes.

Mas dentro desse cenário, havia 430... O levantamento que a gente fez entre visitantes, profissionais trabalhando, acompanhantes, circulantes e pacientes, havia mais de 400 pessoas. A maior parte saiu por meios próprios; outra, esses 89, teve o envolvimento direto do bombeiro; e uma massa pequena deles, um número pequeno permaneceu diante de fenômenos de natureza clínica ou impedimentos de circulação dentro da estrutura, como a gente está vendo o depoimento das pessoas etc.

Primeiro, isso é uma catástrofe, precisávamos nos organizar. Tivemos o apoio da Defesa Civil, das estruturas públicas, dos hospitais privados etc. Já conversamos sobre isso na Comissão de Saúde há pouco tempo. Num primeiro momento, havia aqueles casos que eram óbitos imediatos, poderiam ou não ser pacientes. Poderia ser um familiar, um acompanhante que veio a falecer pela inalação da fumaça. É uma catástrofe, uma situação crítica. A primeira abordagem esteve relacionada a essas famílias em que já estava declarado o óbito. Foram dez, imediatamente, e houve um décimo primeiro caso, ao todo onze no primeiro momento. A primeira coisa é abordar essas famílias. Era um fim de semana, as famílias que estavam aguardando a finalização das informações sobre a questão médico-legal ligada ao IML. Nós colocamos um grupo dentro do Hospital, numa sala específica, que foi o gabinete de crise, com a instituição de um sistema de e-mail e WhatsApp para nos comunicarmos com todas as famílias, não só dos casos de óbitos, mas também dos casos que haviam sido transferidos para outros hospitais.

O Hospital tem uma massa de profissionais que não estaria trabalhando. Parlamento que nós fizemos foi pegar todo o grupo de médicos e distribuir naqueles hospitais que receberam os casos.

O Hospital que mais recebeu casos foi o Quinta D'Or, por uma questão de proximidade e disponibilidade de leitos. Numa estratégia de gravidade, você observa quem tem condição de receber e quem tem o número de leitos que possa receber uma massa tão grande de pacientes e não pacientes, porque havia outros casos que não eram pacientes, não estavam internados, estavam em visita, acompanhamento etc., então, uma parte foi para esse Hospital; outra